Militares e civis forjando o "Tenentismo" no Pará

William Gaia Farias[*]

1- Breves considerações

A primeira interpretação sistemática do movimento tenentista foi feita por Virgilio Santa Rosa,[1] em 1933, com a publicação do livro *O sentido do Tenentismo*, analisando desta vez o conjunto e não apenas partes isoladas dos acontecimentos. A análise do autor funda uma importante linha interpretativa, para a qual os jovens oficiais seriam representantes legítimos das classes médias urbanas brasileiras. De acordo com Santa Rosa, com a entrada dos militares nas disputas pelo poder, as classes médias teriam a sua primeira expressão política no Brasil. Segundo Santa Rosa as origens sociais dos militares revoltosos foram importantes para suas empreitadas, por isso, entende o fenômeno tenentista como uma vanguarda das classes médias, amparada no seio de um movimento ascensional da pequena burguesia. Tal linha interpretativa também é seguida por Nelson Werneck Sodré e Edgard Carone.[2]

Contrariando essa análise temos os autores que entendem o tenentismo como um movimento militar, onde o fenômeno é interpretado do ponto de vista institucional, dentro da lógica interna das forças armadas, em especial do Exército. Esta é a linha seguida por Boris Fausto[3] ao defender que os oficiais rebeldes saíram de classes menos favorecidas, porém não se apresentavam em defesa de interesses dessas classes, pois o Exercito, enquanto institucional acabou pesando mais, pois guardava certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade. Assim, as relações entre classes médias e tenentismo não se concretizaram, nem sob a forma da efetiva organização dessas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como potencia governamental.

---

[*] Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense – Professor Adjunto da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

[1] ROSA, Virgilio Santa. *O sentido do Tenentismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

[2] SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

- CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938).* São Paulo: DIFEL, 1977.

[3] FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30- Historiografia e historia.* São Paulo: Civilização Brasileira,1970.

Para Boris Fausto a aproximação mais segura entre a categoria social e o tenentismo deriva de um setor do movimento que propõe um programa de reformas pequeno-burguesas, porém sem nenhuma base social.

José Murilo de Carvalho[4] salienta que as mudanças internas e externas na história das Forças Armadas no Brasil apresentam características próprias dos militares como "instituições totais", autônomas em relação ao mundo exterior. Nesse sentido afirma que o tenentismo seria um tipo de intervenção contestatória, com fundamentos institucionais que teria contribuído para o desenvolvimento de outro tipo de intervenção, a controladora, onde no lugar da política no Exército, instituía-se a política do Exército.

Na interpretação de Edmundo de Campos Coelho[5], o tenentismo também seria uma forma de transição, mas por motivos diferentes daqueles expostos por Murilo de Carvalho e em outra direção. Para Coelho a não-construção do Estado não passou despercebida pelos militares, onde, as crises político-militares eram expressões das crises do Estado.

Na década de 1960, José Maria Bello[6], ao abordar o tema, afirmou que havia uma correspondência entre o movimento social e o movimento militar. De acordo comesse autor durante a Primeira República militares e civis tinham motivações diferentes, mas eventualmente uniam-se. Esta aliança teria ocorrido no caso do tenentismo, sendo que as motivações dos militares relacionavam-se mais com a condição de militar que por questões ligadas a classes sociais.

Apesar de pouco aceita pela historiografia nacional a analise de Bello sobre o tenentismo é a que melhor traduz os acontecimentos ocorridos no estado do Pará na década de 1920, onde a correspondência entre o social e o militar foi bem nítida. No Pará, encontramos um expressivo número de civis envolvidos no movimento, apesar da pouca duração. Desta forma, entendemos que seja mais adequado considerar a pluralidade do movimento tenentista, o que talvez seja um bom caminho para compreender a autonomia e diferentes alianças que marcaram o tenentismo.

---

[4] CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2005.

[5] COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar no Brasil.* Rio de Janeiro: BIB, 1985.

[6] BELLO, José Maria. *Historia da República (1889-1954).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

2 - A década de 1920 no Pará: um olhar vista aérea.

> "Tenho o pesar de levar ao vosso conhecimento que um movimento sedicioso rebentou na noite de ontem para hoje na capital do estado de São Paulo, onde uma parte das forças do exercito se sublevou, prendendo as autoridades militares superiores. Sitiando o palácio do governo. Há esta hora esta sendo posta aos sediciosos uma intrépida resistência pela policia estadual.
> O governo esta senhor do plano e de onde surgiu essa tentativa criminosa. Sabe que ela procede de uma conspiração, cujo foco principal esta na capital da Republica, e que pretende alastrar-se a outros estados.[7]

De acordo com o telegrama do presidente da Republica Arthur Bernardes em um telegrama enviado a Câmara dos Deputados do estado do Pará comunicando sobre a revolta que explodira em São Paulo no dia 5 de julho de 1924. O trecho destacado expressa muito bem uma das grandes preocupações dos governos na década de 1920, no que se refere as revoltas de contestação ao governo federal que eclodiram em vários estados do país, nas quais mereceram destaque o envolvimento de militares.

Na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestavam nos mais variados planos, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930.[8]

No Pará da década de 1920 este clima de tensão e instabilidade política era evidente. No estado, as oligarquias usavam a mesma conduta que vigorava em orbita federal, praticando idênticos processos, com um único intuito: manter-se no poder.[9]

Em âmbito nacional, o ano de 1922 em especial, reuniu uma sucessão de acontecimentos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, e colocavam em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.[10]

---

[7] Folha do Norte. Belém, 8 de julho de 1924. P. 1

[8] FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente- da proclamação da Republica a Revolução de 30.*

[9] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: conselho de cultura, 1981.

[10] FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente- da proclamação da Republica a Revolução de 30.*

Já do ponto de vista econômico, a década em questão sofreu altos e baixos. O setor cafeeiro padeceu com o declínio dos preços internacionais do café, com a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes. Por outro lado, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes, a diversificação da agricultura e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base foram importantes sinais do processo pelo qual também passava a economia brasileira.[11]

No Pará o panorama econômico não era diferente. O estado atravessava um momento de verdadeira penúria, sem encontrar uma solução para o problema. O governo não possuía meios para minorar as sérias dificuldades que se avolumavam tornando cada vez mais delicado, o que aumentava os problemas públicos.[12] Foi nesse ambiente de crise generalizada que a década de 20 despontou para os paraenses.

Acompanhando essas mudanças no quadro econômico, o Brasil presenciou a ampliação de setores urbanos que a muito procuravam seu espaço: a classe trabalhadora e as camadas médias. A classe trabalhadora ampliou significativamente suas formas de organização, principalmente a respeito do movimento sindical, como dito antes, funda-se o Partido Comunista em 1922.

No que trata da classe média observa-se uma inquietude renovadora de grande intensidade. De certa forma, em seu conjunto, essas transformações funcionariam como elementos de estimulo a alterações no quadro político vigente, colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

No campo político, o pacto criado por Campos Sales em 1898, chamado de política dos governadores, nos anos 20 começaria a ruir, iniciando um movimento de perda da capacidade de liderança. As formulas, até então utilizadas, perdiam a eficácia levando o sistema ao esgotamento de tal forma que dificilmente se poderia esperar a manutenção mais prolongada da ordem estabelecida. Esse esgotamento do sistema político vigente, junto a uma incompatibilidade de interesses dos estados. Tudo isso atingia os estados, tidos como de segunda grandeza.[13]

Então, a partir daí os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, articularam um movimento que ficaria conhecido como Reação

[11] CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938).* São Paulo: DIFEL, 1977.

[12] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: conselho de cultura, 1981.

[13] BASBAUM, Leôncio. *Historia sincera da Republica (1889-19030).* São Paulo: alfa – Omega, 1975.

Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da Republica em convenção realizada em 24 de junho de 1921. Este movimento tinha como proposta não uma ruptura com o modelo oligárquico em vigor, mas sim a criação de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período.[14]

Essas disputas políticas repercutiram intensamente no Pará. Assim, a campanha presidencial dividiu a classe política e a imprensa paraense, entre seguidores da candidatura de Bernardes e os dissidentes que apoiavam Nilo Peçanha e J.J. Seabra e o então governador do Pará Antonio Emiliano Souza Castro, partidário de Bernardes, tratava seus adversários como inimigos, como os quais não havia possibilidade de conciliação.[15]

Além dos políticos civis, os militares também aproveitaram a oportunidade para voltarem à cena do jogo político brasileiro. O Clube Militar tentava, a todo custo, criar em torno do Marechal Hermes da Fonseca uma espécie de popularidade e prestigio fictício, necessários a sua ambição e de um grupo de oficiais, que viam a possibilidade de elevá-lo ao poder máximo da República. A partir daí os militares intensificaram suas manifestações sobre questões políticas, chegando ao ponto de irem ao Congresso para falar aos oposicionistas sobre a sucessão presidencial de 1922.[16]

No entanto, apesar desse visível esgotamento do sistema oligárquico, as eleições deram a vitória ao candidato da situação, Arthur Bernardes. Derrotados, nilistas (partidários de Nilo Peçanha) e militares investiram novas formas de agitação pedindo a formação de um tribunal de Honra que substituísse o Congresso Nacional na apuração. Não atendido o pedido, os militares já falavam em impedir a posse do eleito através da luta armada. Diante disso, Epitácio reagiu com censuras, prisões e transferências de oficiais. No entanto, as medidas de Epitácio atingiram apenas a periferia dos manifestantes, deixando intacto o Clube Militar e os políticos dissidentes.[17]

---

[14] FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da Republica à Revolução de 30.* 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[15] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: Conselho de Cultura, 1981.

[16] CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938).* São Paulo: DIFEL, 1977.

[17] Idem.

Com isso, logo os militares levantaram suas armas. No dia 5 de julho de 1922, pouco mais de um mês após a posse de Bernardes, militares da Fortaleza de Copacabana, da Vila Militar, da Escola Militar do realengo, do Forte do Vigia e do 1º Batalhão de Engenharia estouraram um serie de levantes armados, dando início ao que se convencionou chamar de *Tenentismo*, uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas, mas oficiais subalternos do Exército: os tenentes e capitães.[18]

No Pará a notícia desses acontecimentos chegou, com mais de 24 horas de atraso, e sempre prejudicada pela censura imposta pelo governo central. Foi somente no dia 7 de julho, quando a revolução já estava dominada que a imprensa local publicou matérias sobre o acontecido, onde os argumentos mais enfáticos estavam ao lado de quem apoiava o governo, como a seguinte nota:

> A legalidade triunfante- foi completamente jugulado o movimento sedicioso rebentado anteontem no Rio- O governo prestigiadíssimo, recebe homenagens de todas as classes sociais- Reina a calma absoluta em todo o país e a mais sólida confiança no presidente da Republica[19].

As possibilidades de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas, o movimento começado em 22 tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos. Em razão disso, dois anos depois da revolta de 5 de julho de 1922, ou seja, em 1924 eclodiu o chamado "5 de julho" em São Paulo.

Dessa vez o 5 de julho tenentista foi mais bem articulado. O movimento tinha como objetivo a derrubada do governo de Arthur Bernardes, visto pelos tenentes como ícone das oligarquias dominantes. A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar de conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do governo, que não distinguia rebeldes de civis, os tenentes resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo, onde também eclodiram revoltas. Depois disso migraram para variadas regiões do país, buscando juntarem-se com outros tenentes, como por exemplo, Luis Carlos Prestes, que originária do Rio Grande do Sul.

---

[18] FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente- da proclamação da Republica a Revolução de 30.*

[19] Folha do Norte. Belém, 7 de julho de 1922, p. 3

Dessa forma, os tenentes conseguiram percorrer cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução.[20]

Diferente do episódio do Forte de Copacabana que não teve correspondente militar no estado do Pará, o 5 de julho paulista, segundo Creso Coimbra e Mário Cléber Martins Lanna Junior teve seu representante no Pará[21]. A repercussão desse movimento chegou a Belém, no dia 6 de julho , quando informados da decretação do estado de sitio para a capital da República e para os Estados do Rio de janeiro e São Paulo, publicado nos jornais locais. As primeiras informações foram passadas com ressalvas: Parece que graves acontecimentos estão se passando na capital do país. O presidente da Republica decretou o estado de sitio e parece que os acontecimentos têm qualquer ligação com a revolta do Forte de Copacabana, há dois anos passados.[22]

Esse correspondente militar no estado do Pará era o 26º Batalhão de Caçadores localizado em Belém. Contudo, antes de rebelar-se este batalhão recebera ordem de embarcar para o Rio de Janeiro em auxílio as forças legalistas naquela cidade. No entanto, com a eclosão de revoltas militares em Manaus e em Óbidos (município paraense na micro-região do Baixo-Amazonas), governo resolveu ordenar a o envio do 26º Batalhão de Caçadores para área rebelada. Era necessário dominar a artilharia aquartelada no referido município, pois os militares do quartel de Óbidos, posicionando-se contra o governo aguardavam para juntar-se a tropa que vinha de Manaus, após haver deposto o governo. O plano seguinte das tropas do Baixo Amazonas era tomar de assalto a capital paraense.[23]

Diante da ordem de seguir para repreender os militares de Óbidos, os soldados do 26º Batalhão de Caçadores recusaram-se a cumprir a ordem do comando militar. O

[20] FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Conde de Sá. "A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da Republica à Revolução de 30.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[21] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: conselho de cultura, 1981

- JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. "Tenentismo e crises políticas na primeira República". in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da Republica à Revolução de 30.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[22] Folha do Norte. Belém, 6 de julho de 1924, p. 1.

[23] Idem.

principal argumento sustentado pelos militares rebeldes era de que não combateriam seus companheiros em São Paulo. No entanto, no exame da documentação observamos que dentro desta revolta caberiam outras reivindicações não só de cunho político e social, já que o Pará da década de 1920 passava por graves crises financeiras e políticas, que refletiam drasticamente na sociedade paraense. E essa percepção deve-se ao descobrimento constatação do envolvimento de um grande número de civis na revolta ocorrida em Belém, classificada pela imprensa da época e por alguns escritores como a Revolta do 26º Batalhão de Caçadores**.**

Além da tensão na capital paraense estourou um motim militar no Baixo Amazonas, que foi denominada como a Revolução de 24 no Amazonas. Os acontecimentos que se desenrolaram em varias cidades do Baixo Amazonas, no estado do Pará, no final do mês de julho e durante o mês de agosto de 1924, foram resultantes da Revolta do 27º B/C e da Flotilha do Amazonas, quando, no dia 23 de julho em Manaus os rebelados conquistaram a cidade, depuseram o governo, e organizaram uma força para descer o rio com o objetivo de conquistar Belém, e, assim consolidar a Revolução na Amazônia. No entendimento de Forjaz "diferente de São Paulo, o tenentismo no amazonas importou-se menos com a critica política e jurídica às oligarquias e mais com as questões sociais", visto que o movimento no estado do Amazonas teria apresentado aspectos sociais identificados com "questões concretas, como a corrupção na administração publica"." Nessa linha interpretativa o nacionalismo tenentista teria se manifestado bem mais radical[24], o que, segundo Forjaz é evidenciado quando a "Comuna de Manaus" expropriou o mercado e o matadouro da firma Inglesa Manaus Market**.**[25]

Além dessa influência do Tenentismo no Pará e no Amazonas, o movimento atingiu outros estados, como Mato Grosso e Sergipe. No entanto alguns desses movimentos foram logo reprimidos, como no caso do Mato Grosso onde a rebelião foi vencida logo no início devido a falta de adesão do próprio regimento. Já em Sergipe a revolução teve um fôlego maior, contou com certo apoio de voluntários que se

[24] JUNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. *Tenentismo e crises políticas na primeira República.* in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da Republica à Revolução de 30.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[25] FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: Tenentes e camadas médias urbanas na crise da Primeira República:* Paz e Terra, 1977. p. 84

alistavam para a luta, no entanto foram combatidos no início da organização por tropas federais vindas da Bahia e batalhões formados por coronéis da região.

O movimento tenentista grande representatividade no Rio Grande do Sul, e várias tentativas de tomadas de poder em outras regiões do país, porém com pouco sucesso, apenas com surtos revolucionários. Um dos últimos focos do tenentismo foi à coluna Etchegoyen que lutou no Rio Grande do Sul de novembro a dezembro de 1926, sempre duramente perseguida pelas tropas governistas, até se dissolver e seus membros se retirarem do país.

3 - Os reflexos da crise econômica nos conflitos

Na interpretação que propomos sobre o movimento tenentista do Pará, além de outras questões, enfatizamos a situação de crise econômica paraense na década 1920, quando o estado apresentava um quadro marcado por grandes dificuldades[26]. Na realidade, o Pará passava por um momento de verdadeira penúria, sem que se vislumbrasse uma solução capaz de reerguê-lo. O governo não dispunha de meios para minorar as sérias dificuldades que, dia-a-dia, avolumavam-se tornando cada vez mais difícil o trato com problemas públicos. Esta situação era apresentada com muito destaque pela imprensa paraense:

> 'A miseria dos servidores do Estado'
> Informaram-nos que os operários tipográficos do "Diario Oficial" abandonaram ontem os serviços de composição desse órgão do governo do Estado, em virtude da falta de pagamento dos seus salários. Parece que apenas permaneceram ao serviço do jornal oficial os compositores linopistas, acrescentou o nosso informante. Os empregados do 6º grupo escolar (Wenceslau Braz) há seis meses que não recebem seus vencimentos estando a passar as maiores privações. Achando-se prestes os exames naquele estabelecimento de ensino público, difícil se torna a esses pobres servidores do Estado, além da fome que estão sentindo, se apresentarem ao serviço, visto se acharem desprovidos de roupas para tal fim[27]
> 'Pobres pensionistas'
> os quadros da tremenda miséria que assola o nosso Estado tornaram-se cada vez mais frequentes e tétricos. Principalmente na atual gestão governamental, o arrocho da necessidade tornou-se tão horrível que no Pará, caso virgem, já se passa fome[28].

[26] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: conselho de cultura, 1981.

[27] A Província do Pará. Belém, de 27 de setembro de 1921- p. 1

[28] A Província do Pará. Belém, de 3 de outubro de 1921- p. 1

> ‘O Regime do Calote’
> O regime do calote está de fato introduzido nesta terra outrora tão prospera e hoje infelicitada e desmoralizada pelo situacionismo condenável e impiedoso. O calote campeia e a miséria do povo vai, dia-a-dia, atingindo a culminância. Os professores são as maiores vitimas do calote oficial, mesmo acontecendo aos demais empregados dos estabelecimentos de ensino custeados pelo tesouro do Estado. Há 7 meses que não recebem seus vencimentos por parte do governo e há 6 meses que a liga do ensino não lhes paga tambem...urgem sejam tomadas providências que a situação dos caloteados exige, a fim de que o Pará não seja mais uma vez envergonhado com a declaração de uma greve geral no funcionalismo público.[29]

A administração do estado estava emperrada pela absoluta falta de recursos, arrastava-se, inoperante e impotente. Em função disso, as estruturas burocráticas do estado, segurança pública, rede de ensino, poder judiciário e a saúde pública tornavam-se ineficientes, o que proporcionou um clima propicio ao profundo descontentamento da sociedade paraense. Em função disso. Esta insatisfação coletiva pode ser um importante caminho para se explicar a grande participação de civis na Revolta do 26º Batalhão de Caçadores. Em um estado que sofria uma grande crise econômica se alastrando para toda estrutura burocrática, as contestações por parte da sociedade chegaram a participação de civis descontentes na Revolta do 26º Batalhão de Caçadores. Seria uma boa oportunidade de questionar a estrutura do poder e de alguma forma chegar a um caminho para aliviar o estado de penúria que atingia a sociedade paraense.

A política do estado do Pará da década de 1920 não fugia á regra da política nacional da Primeira República, os mesmos hábitos e costumes do sistema político repetiam-se no estado. Como grupos dominantes, as oligarquias locais, pautavam a conduta de acordo com os parâmetros da órbita federal no que se refere aos canais de sua manutenção no poder[30]. As retaliações pessoais, os insultos e a injúria eram o tema predileto fomentando ódios e paixões.

> evidenciam-se claramente no Pará os sistemas políticos da situação dominante por uma intolerância que não se justifica, em absoluto, as últimas informações que de lá nos chegam mostram de sobejo os própositos instantes do governo, que chegam aos mais elevado dos absurdo quando os interesses internos de sua política se encontram, como agora, em frente à opinião pública. Nas últimas eleições estaduais ali procedidas os elementos oposicionistas conseguiram eleger, por grande maioria, o Dr. José Maria Pereira de Barros, velho e acatado médico e professor, a uma das vagas existentes no senado, derrotando um candidato o organizador de um acordo político que ficou célebre nos anais da política paraense. Eleito e diplomado

[29] A Província do Pará. Belém, de 4 de outubro de 1921-p. 1

[30] COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: conselho de cultura, 1981.

> por uma junta apuradora cheia de elementos da situação, de nada valeu ao candidato oposicionista o seu diploma; indignado com os sufragios populares aque lhe contrariavam os interesses, o júpiter paraense, tomando-se de indignação planejou vingança. E a vinganç, diz-se bem, ter sido o prazer dos deuses. Agora mesmo está sendo ela exercida em toda linha, contra o direito incotestável do candidato que tem seu lugar no Congresso Estadual assegurado pela maioria de votos. Sabe-se já que no parecer que vai reconhecer os candidatos diplomados entrará uma emenda furtiva, espoliando de seus direitos o Dr. Pereira de Barros, para que se locuplem nos cargos confiados ao arbítrio popular unicamente os amigos do governo.[31]

As manifestações contrárias a velhas práticas e jogos políticos levaram a setores da sociedade paraense a apostar nos militares como solução. Nesse sentido o panorama político do estado do Pará foi decisivo para que os acontecimentos identificados como tenentismo no Pará contassem com a forte presença civil.

4 - Militares e Política no Pará

Na historiografia brasileira o tenentista é apresentado como um movimento estritamente militar, onde o Exército aparece como "instituição total", como salienta José Murilo de Carvalho. Dá a impressão de que suas manifestações eram autônomas em relação ao conjunto da sociedade, suas ações seriam um tipo de intervenção contestatória com fundamentos institucionais, onde o Exército agiria de forma a elevar suas ações a nível político, invertendo os vetores da política em sua instituição. Nesse sentido, em momentos de crise surgiria a política do Exército em detrimento em resposta a política dos civis. Seria a intervenção corretiva que recuperaria a virtude do Estado. Daí a necessidade de delimitar o tenentismo como movimento estritamente militar. Este era o interesse do Exército que, de certa forma, teve muito impacto na historiografia que oscilou entre entender os sentidos e significados do movimento ora priorizando os interesses de classe social presentes no Exército, ora se atendo as motivações do Exército enquanto instituição.

[31] -A Província do Pará. Belém, 4-10- 1921-p. 2

5 - Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio*: Imprensa, Poder e Publico. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

BELLO, José Maria. *Historia da República (1889-1954).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *A instituição militar no Brasil. Rio de Janeiro*: BIB, 1985.

COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará*: análise, critica e interpretação da Historia. Belém: Conselho de Cultura, 1981.

CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938).* São Paulo: DIFEL, 1977.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-18897)*. Niterói, 2005. (Doutorado). Departamento de Historia. Universidade Federal Fluminense.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Conde de Sá. *A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves: *O Brasil republicano, o tempo do liberalismo excludente* – da Proclamação da Republica à Revolução de 30. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentes e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*: Paz e Terra, 1977.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Historia da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008.

ROSA, Virgilio Santa. *O sentido do Tenentismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia Militar do Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.